

Marcio Batista/MRE



Chanceleres comprometem-se em manter diálogo e evitar conflito

## Venezuela e Guiana se comprometem a manter diálogo

Os países terão nova reunião para discutir as propostas sobre o conflito de Essequibo

A reunião mediada pelo Brasil com os chanceleres de Venezuela e Guiana terminou na sexta-feira (25) após sete horas com o compromisso por parte dos dois países de continuar dialogando. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, mediador da reunião, conseguiu um avanço: evitar provocações e ameaças em torno do impasse relacionado ao território de Essequibo que pudessem agravar o conflito. Comprometimento feito pelos dois países.

Em nota, o ministro brasileiro declarou que Guiana e Venezuela apresentaram, durante a reunião, suas propostas de agenda para o trabalho da Comissão Conjunta de Chan-

celeres e Técnicos da República Cooperativa da Guiana e da República Bolivariana da Venezuela.

Após a reunião, o chanceler venezuelano, Ivan Gil, disse que ouviu atentamente as considerações dos vizinhos. “Falamos da necessidade de seguirmos abordando o tema por via diplomática e de garantir que nenhuma parte fará ameaça de usar a força ou envolver terceiros partes”, afirmou.

### Reunião

O Brasil recebeu, além dos chanceleres, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Mauro Vieira declarou que as propostas da Venezuela e Guiana para o conflito ficarão para posterior análise “em uma nova reunião que poderá ser realizada novamente no Brasil”.

O ministro brasileiro também afirmou que “a América Latina tem a vontade política e todos os instrumentos necessários para avançar seus projetos de comum desenvolvimento social justo, em um ambiente pacífico e solidário”.

A Guiana está disposta a resolver as controvérsias que o governo venezuelano tem com a decisão de 1988 do tribunal arbitral de que o território pertence ao país, é o que afirmou o chanceler guianense, Hugh Tod. Para os

venezuelanos, a atual fronteira foi estabelecida de forma fraudulenta pelo Laudo Arbitral de Paris, que envolveu dois árbitros britânicos, dois norte-americanos.

Apesar de sair contrariada, a Venezuela na época acatou os limites impostos pelo laudo, que favoreciam os britânicos — a Guiana só se tornou um país independente, em 1966, antes disso, era dominada pelo Reino Unido, desde meados do século XIX. Décadas depois do laudo, a Venezuela decidiu refutar o acerto, e desde então afirma ser a verdadeira proprietária da região.

Em dezembro de 2023, Nicolás Maduro foi além e fez um referendo para anexar o território de Essequibo à Venezuela. Mais de 95% dos eleitores do país votaram a favor.

O território de Essequibo está atualmente localizado na região guianense, em um trecho de 160 quilômetros quadrados que corresponde a cerca de 70% de toda a Guiana e atravessa seis dos dez estados do país. A área é rica em petróleo e em outros recursos naturais.

### Recado de Lula

O governo brasileiro mostra uma postura de protagonista no conflito sobre Essequibo — região que faz fronteira com o Brasil — após as gafes das políticas externas nas investidas para chegar a um acordo nos conflitos recentes como o da Ucrânia e Rússia e entre Israel e o Hamas.

Na avaliação de internacionalistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu recado de que a Venezuela não terá apoio brasileiro se insistir em um conflito. Ele aceitou o convite para participar da cúpula da comunidade dos Estados do Caribe (Caricom), que neste ano acontece justamente na Guiana. O Brasil não faz parte do bloco e usará o convite para reforçar as relações com países caribenhos.

## CORREIO OPINIÃO

Jaqueline Noceti/Secom



Penitenciária Industrial de Blumenau, no Vale do Itajaí

## Saídas para o sistema prisional brasileiro

Por Eduardo Brim Fialho\*

Estudos a respeito do sistema prisional brasileiro mostram uma série de desafios que refletem as complexidades de nossa sociedade. Como citado pelo ministro Luiz Roberto Barroso, presidente do STF e do CNJ, durante o evento “A leitura nos espaços de privação de liberdade – Encontro nacional de gestores de leitura em ambientes prisionais”, realizado no mês de outubro, “o sistema prisional brasileiro é, talvez, um dos temas mais difíceis e complexos e uma das maiores violações de direitos humanos que ocorre no Brasil”.

De acordo com o levantamento feito pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), os dados do primeiro semestre de 2023 revelam que o total de custodiados no Brasil é de 644.794 em celas físicas e 190.080 em prisão domiciliar.

Os números indicam a necessidade de novas políticas penitenciárias, que possam fazer frente a questões como a expansão contínua da população carcerária, investimentos insuficientes nas estruturas penitenciárias, alto índice de detentos sem condenação, e punições rigorosas para infrações de menor gravidade.

No entanto, é importante ressaltar o aumento de 9,58% da oferta de atividades educacionais no sistema penitenciário brasileiro, além de 154.531 pessoas privadas de liberdade, exercendo alguma atividade laboral.

Esses números destacam a dinâmica em evolução do sistema prisional, evidenciando a necessidade contínua de análise crítica e implementação de políticas eficazes para lidar com os desafios persistentes em torno do encarceramento no Brasil.

O Sistema Prisional Brasileiro, atualmente integrado à Segurança Pública, demanda ações conjuntas para combater o crime organizado, com ações muitas vezes orquestradas dentro das prisões. Para enfrentar este desafio, é imperativo investir em modernização, manutenção da estrutura física, inteligência e, sobretudo, humanização no exercício da Lei de Execução Penal (LEP).

Nesse sentido, a ressocialização, efetiva sob regime de cogestão, é caminho crucial que se apresenta para interromper o ciclo de violência e reincidência criminal. O papel da cogestão especializada no cotidiano de uma unidade prisional se caracteriza por ser o agente integrador entre a segurança e a ressocialização. Otimiza a integração destes dois aspectos complementares da gestão prisional, possibilitando o alcance do resultado final comum pretendido, qual seja, a reintegração da pessoa privada de liberdade à sociedade.

A participação da iniciativa privada, notadamente na cogestão, iniciada em 1999, revela-se exitosa em vários Estados. A cogestão, diferenciada da simples terceirização, envolve a realização de atividades instrumentais, acessórias, materiais e complementares, com a empresa assumindo encargos, além da mão de obra, agregando valor ao serviço prestado.

A cogestão e as Parcerias Público-Privadas (PPPs) oferecem modelos alternativos de gestão prisional. Tanto no modelo da cogestão quanto nas PPPs, o Estado mantém o indelegável Poder de Polícia, a função jurisdicional, a segurança e a inteligência, competindo ao parceiro privado manter e operar as atividades acessórias nos estabelecimentos prisionais, sob supervisão do Estado, sendo que nas PPPs este parceiro se incumbem, também, de projetar e construir o equipamento prisional com recursos próprios.

Além disso, os indicadores de desempenho, definidos pelos Estados, guiam a avaliação da efetividade e qualidade dos serviços nas cogestões e PPPs, enfatizando aspectos como educação e trabalho.

Experiências bem-sucedidas de cogestão em alguns conjuntos penais no Estado da Bahia evidenciam resultados significativos, após a implantação de projetos de ressocialização. Iniciativas focadas no resgate da cidadania das pessoas privadas de liberdade residem, por exemplo, no inédito e exitoso ingresso, em 2023, no Conjunto Penal de Itabuna, de 29 reeducandos no ensino superior, no atingimento do expressivo percentual de 65% de internos cursando o ensino formal, além de outras ações que têm como foco o tratamento digno ao interno e sua família, além da própria valorização do interno como pessoa e cidadão.

A atenção aos detalhes no escopo da contratação, metas qualitativas claras e coesão nos indicadores são importantes para a implantação e sucesso desses modelos. Portanto, a cogestão surge como agente integrador entre segurança e ressocialização, otimizando e modernizando a gestão prisional para alcançar o objetivo comum de reintegrar os indivíduos à sociedade como cidadãos economicamente sustentáveis. A busca por soluções inovadoras, aliada à supervisão rigorosa do Estado, representa um avanço significativo para o sistema prisional brasileiro.

\*Presidente do SEMPRES – Sindicato Nacional das Empresas Especializadas na Prestação de Serviços em Presídios e em Unidades Socioeducativas.

## Brasil quer fomentar mais os bancos multilaterais do G20

Wilson Dias/Agência Brasil

Uma das avaliações de servidores brasileiros que integram um grupo de trabalho para a “arquitetura financeira internacional” do G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo), cuja presidência temporária está com o Brasil, é de que, para combater a fome e reduzir a desigualdade global, um dos temas prioritários do país enquanto estiver no comando do grupo, os bancos multilaterais de desenvolvimento mais precisam investir mais no tema. Eles apresentaram resultados de discussões feitas na quarta (24) e quinta (25), em Brasília.

Eles elencaram ainda que são prioridades também tornar a rede de segurança financeira global mais representativa e resiliente, tratar as questões de dívidas com os países nessa situação, identificar vulnerabilidades de sistemas de pagamento e promover fluxos de capitais para os países emergentes e economias em desenvolvimento.

“A presidência brasileira prioriza combate à fome e à desigualdade, acelerar a transição energética e o desenvolvimento sustentável, e reformar as instituições de governança global. O grupo de arquitetura financeira se conecta diretamente com as prioridades da presidência”, afirmou o Coordenador-Geral de Cooperação Econômica Internacional do Ministério da Fazenda, Felipe Antunes.

Ele recordou que a arquitetura financeira teve um papel muito importante depois



Felipe Antunes e Karin Vazquez, do Ministério da Fazenda, e Paulo Mamede, do Banco Central

da crise de 2008 e 2009 para ajudar a gerar consenso para a reforma de organizações financeiras internacionais.

“É um grupo que está, na verdade, conectado com a necessidade de manter a estabilidade financeira internacional, mas também de promover desenvolvimento que é sempre uma prioridade dos países do Sul global”, salientou.

Antunes entende que o Brasil na presidência do G-20 pode colaborar ainda mais para avançar nessas prioridades voltadas para os povos mais necessitados. O grupo de trabalho acredita que é necessário promover uma discussão internacional mais direcionada sobre o tema. Além disso, pretende realizar outro evento, ainda neste ano, sobre dívida, com protagonismo para os países africanos.

### Reformas em bancos

De acordo com a coordenadora geral para a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento no Ministério da Fazenda, Karin Vazquez, o momento marca o início de uma mudança no funcionamento das instituições.

“Nós tivemos a participação de 160 representantes das capitais dos países do G-20, além de especialistas e organismos internacionais, entre eles 12 bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros”, disse Karin.

A coordenadora explica que, para garantir que o desenvolvimento desse plano de ação continue, o Brasil introduziu

duas inovações, consideradas “ousadas”: criação de sessões dedicadas a bancos multilaterais de desenvolvimento e colaboração com o grupo de presidentes dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Karin Vazquez entende que, além do desafio em termos de recursos, as necessidades não param de aumentar.

“Existe a necessidade adicional de US\$ 1,3 trilhão por ano até 2030 nos países emergentes e economias em desenvolvimento. Desse total, a grande maioria é para investimentos adicionais em ações climáticas e investimentos também para alcançar outros objetivos de desenvolvimento sustentável, entre eles em educação e saúde”, exemplificou a coordenadora.